



**PROVA OBJETIVA**  
**ESPECIALISTA EM GESTÃO ADMINISTRATIVA E SERVIÇOS – CONTADOR**

NOME: \_\_\_\_\_  
Nº INSCR. \_\_\_\_\_

**INSTRUÇÕES**

- 1- Preencha com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada de material transparente, de maneira legível, os dados de **IDENTIFICAÇÃO** solicitados no Caderno de Prova (Nome Completo e Número de Inscrição) e assine no Cartão Resposta.
- 2- Verifique se a sequência da numeração das folhas do Caderno de Prova está correta (14 páginas). **Após a orientação do fiscal sobre a conferência da prova, este não será substituído sob qualquer alegação.**
- 3- A **PROVA OBJETIVA** contém **50 (cinquenta)** questões objetivas, com **04 (quatro) alternativas (A, B, C e D)**, valendo **1,80 (um ponto e oitenta centésimos)** cada, devendo o candidato obter no **mínimo 60% de acerto** para ser aprovado.
- 4- No Cartão Resposta, as questões estão representadas pelos seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), toda a opção de sua escolha, sem ultrapassar as bordas. Conforme modelo abaixo.

Exemplo: Questão 01 - A



- 5- O **Cartão Resposta** será o **único documento válido para correção** e **NÃO** será substituído em hipótese alguma, salvo se detectado erro ocasionado pela coordenação do Concurso.
- 6- **NÃO RASURE** o Cartão Resposta e **NÃO MARQUE MAIS DE UMA ALTERNATIVA**, caso contrário, o cartão ou a questão poderão ser **ANULADOS**. Evite deixar questões sem respostas.
- 7- Para o correto preenchimento do Cartão Resposta aguarde a orientação do fiscal.
- 8- Não faça perguntas aos examinadores, a interpretação das questões faz parte da Prova.
- 9- No decorrer da Prova não será permitida qualquer espécie de consulta bem como qualquer comunicação externa e interna e entre os candidatos.
- 10- A Prova terá duração de **03 (três) horas** e ao terminá-la entregue ao fiscal o Caderno de Prova completo, juntamente com o Cartão Resposta.
- 11- A saída da sala só poderá ocorrer depois de decorrida 01 (uma) hora de início da Prova. A não observância desta exigência acarretará a exclusão do Concurso.
- 12- O candidato que permanecer na sala de prova até 01 (uma) hora antes de seu término, poderá levar consigo o Caderno de Prova.
- 13- O gabarito será publicado no dia **12/02/2019**, e **RESULTADO DA PROVA OBJETIVA** a partir do dia **12/03/2019** no Diário Oficial de Bauru.

01		26	
02		27	
03		28	
04		29	
05		30	
06		31	
07		32	
08		33	
09		34	
10		35	
11		36	
12		37	
13		38	
14		39	
15		40	
16		41	
17		42	
18		43	
19		44	
20		45	
21		46	
22		47	
23		48	
24		49	
25		50	



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU**  
*Secretaria Municipal de Administração*  
*Departamento de Recursos Humanos*



Prefeitura Municipal de Bauru

**Concurso Público para o Cargo de Especialista em Gestão Administrativa e Serviços – CONTADOR**

***CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS***

**01)** O princípio da universalidade, o qual está claramente incorporado na legislação orçamentária brasileira, estabelece que:

- A) Todos os estados e municípios devem ser considerados como uma única entidade, possuindo um único orçamento consolidado para todos.
- B) O orçamento (uno) deve conter todas as receitas e todas as despesas do Estado.
- C) O orçamento (uno) deve conter apenas e tão somente as receitas do Estado.
- D) O orçamento público deve ser apresentado em linguagem clara e compreensível.

**02)** Estão vinculados à categoria econômica denominada Despesas Correntes, os seguintes grupos de despesas:

- A) Pessoal e Encargos Sociais; Juros e Encargos da Dívida; Outras Despesas Correntes.
- B) Investimentos; Inversões Financeiras; Amortização da Dívida.
- C) Reservas de Contingência; Aquisição de Imóveis; Aquisição de Títulos.
- D) Despesas com aquisição de bens de capital; Transferências à União; Outras despesas de capital.

**03)** Considerando o Manual dos Demonstrativos Fiscais aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios, a despesa liquidada é:

- A) Valor do crédito orçamentário ou adicional, cuja liquidação está livre de autorização por autoridade competente.
- B) A etapa da execução da despesa onde ocorre a entrega do numerário ao credor, por meio de cheque nominativo, ordens de pagamentos ou crédito em conta, e só pode ser efetuada após a regular liquidação da despesa.
- C) É o segundo estágio da execução da despesa orçamentária. A liquidação da despesa é, normalmente, processada pelas Unidades Executoras ao receberem o objeto do empenho (o material, serviço, bem ou obra).
- D) Valor do crédito orçamentário ou adicional utilizado para fazer face a compromisso assumido, cuja execução da despesa inicia-se por meio de um ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

**04)** Quanto à receita pública, no que se refere à previsão e arrecadação, a Lei Complementar nº. 101 de 04 de Maio de 2000, estabelece em seu artigo 12, parágrafo 1º.:

- A) Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida para cobrir aumento das despesas correntes.



- B)** Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.
- C)** Reestimativa da receita por parte do Poder Legislativo não será permitida sob nenhuma hipótese ou justificativa.
- D)** Reestimativa da receita por parte do Poder Legislativo só poderá ser admitida se tratar de aumento nas previsões orçamentárias.

**05)** Conforme o artigo 17º, da Lei Complementar nº. 101 de 04 de Maio de 2000 entende-se como despesa obrigatória de caráter continuado:

- A)** Despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.
- B)** Despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a três exercícios.
- C)** Despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a oito exercícios.
- D)** Qualquer despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal, não importando o período de execução.

**06)** A classificação econômica da despesa orçamentária é constituída por duas categorias. Tais categorias são:

- A)** Despesas financeiras e despesas não financeiras.
- B)** Despesas contábeis e despesas extra-contábeis.
- C)** Despesas previstas e despesas não previstas.
- D)** Despesas correntes e despesas de capital.

**07)** Na Lei Orçamentária Anual de 2018, uma entidade pública havia previsto uma receita corrente na ordem de R\$ 500.000,00. Durante o exercício, houve uma arrecadação de receita corrente na ordem de R\$ 620.000,00. No fechamento do exercício, o balancete que melhor irá demonstrar os saldos deste fato contábil no Sistema Orçamentário da entidade pública será:

**A)**

CONTA	DÉBITO	CRÉDITO
Orçamento da Receita Corrente		R\$ 500.000,00
Previsão da Receita Corrente		R\$ 120.000,00
Arrecadação da Receita Corrente	R\$ 620.000,00	

**B)**

CONTA	DÉBITO	CRÉDITO
Orçamento da Receita Corrente		R\$ 0,00
Previsão da Receita Corrente		R\$ 620.000,00
Arrecadação da Receita Corrente	R\$ 620.000,00	



C)	CONTA	DÉBITO	CRÉDITO
	Orçamento da Receita Corrente		R\$ 120.000,00
	Previsão da Receita Corrente		R\$ 0,00
	Arrecadação da Receita Corrente	R\$ 120.000,00	

D)	CONTA	DÉBITO	CRÉDITO
	Orçamento da Receita Corrente		R\$ 620.000,00
	Previsão da Receita Corrente	R\$ 120.000,00	
	Arrecadação da Receita Corrente	R\$ 500.000,00	

08) Uma entidade pública apresentou os seguintes valores no final do exercício de 2018.

- Orçamento
  - ✓ Receita Corrente R\$ 200.000,00
  - ✓ Receita de Capital R\$ 100.000,00
  - ✓ Despesas Correntes R\$ 200.000,00
  - ✓ Despesas de Capital R\$ 100.000,00
- Execução Orçamentária
  - ✓ Arrecadação de impostos correntes R\$ 210.000,00
  - ✓ Despesas com folha de pagamento pagas R\$ 120.000,00
  - ✓ Aquisição de materiais de uso e consumo R\$ 30.000,00
  - ✓ Aquisição de bens móveis R\$ 90.000,00
  - ✓ Pagamento de serviços correntes R\$ 50.000,00
  - ✓ Obtenção de empréstimos R\$ 70.000,00

Baseado nos valores apresentados acima, pode-se afirmar que houve:

- A) Um excesso de arrecadação de receita corrente no valor de R\$ 10.000,00.
- B) Uma redução na arrecadação de receita de capital no valor de R\$ 10.000,00.
- C) Uma economia nos gastos com despesas correntes no valor de R\$ 30.000,00.
- D) Uma economia orçamentária total no valor de R\$ 30.000,00.

09) A Lei nº 4.320/1964, em seu artigo 11, parágrafo 1º., estabelece que as receitas correntes são:

- A) Os resultados positivos (superávit) do Orçamento Corrente resultante do balanceamento dos totais das receitas e despesas, apurados na demonstração de fechamento dos exercícios.
- B) As provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos, cujo objetivo é atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.
- C) As provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital.
- D) As receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras



pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.

**10)** A Lei nº 4.320/1964, em seu artigo 29, releva a importância do Setor Contábil na gestão dos órgãos públicos, ao estabelecer que:

**A)** Caberá aos órgãos de contabilidade ou de arrecadação organizar demonstrações mensais da receita arrecadada, segundo as rubricas, para servirem de base a estimativa da receita, na proposta orçamentária.

**B)** Caberá aos órgãos de contabilidade ou de arrecadação aprovar as previsões da receita arrecadada estabelecidas na proposta orçamentária.

**C)** Caberá aos órgãos de contabilidade ou de arrecadação organizar e aprovar a Diretrizes Orçamentárias do exercício.

**D)** Caberá aos órgãos de contabilidade ou de arrecadação organizar, demonstrar e aprovar as demonstrações mensais das receitas arrecadadas, comparando-as com as estimativas estabelecidas na proposta orçamentária.

**11)** Após a aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA), abertura do orçamento para o exercício de 2019, ficou estabelecida uma previsão de receita corrente no valor de R\$ 200.000,00. Considerando as contas sugeridas abaixo, o lançamento contábil a ser realizado no Sistema Orçamentário da entidade pública será:

<b>A) DÉBITO</b>	Bancos Conta Movimento	R\$ 200.000,00
<b>CRÉDITO</b>	Orçamento da Receita Corrente	R\$ 200.000,00
<b>B) DÉBITO</b>	Orçamento da Receita Corrente	R\$ 200.000,00
<b>CRÉDITO</b>	Previsão da Receita Corrente	R\$ 200.000,00
<b>C) DÉBITO</b>	Previsão da Receita Corrente	R\$ 200.000,00
<b>CRÉDITO</b>	Banco Conta Movimento	R\$ 200.000,00
<b>D) DÉBITO</b>	Arrecadação da Receita Corrente	R\$ 200.000,00
<b>CRÉDITO</b>	Previsão da Receita Corrente	R\$ 200.000,00

**12)** A Lei nº 4.320/1964, em seu artigo 103, estabelece vários demonstrativos financeiros obrigatórios para compor as prestações de contas anuais ou de gestão das entidades públicas, entre os quais encontra-se o Balanço Financeiro, cujo demonstrativo deverá apresentar:

**A)** as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

**B)** as receitas e as despesas orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

**C)** as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

**D)** o ativo e passivo financeiro; ativo e passivo permanente.



13) De acordo com a lei nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976, que dispõe sobre as sociedades por ações, em seu artigo 178, parágrafo 1º, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia. Assim, no ativo, as contas serão dispostas:

- A) Em ordem decrescente de grau de exigibilidade dos elementos nelas registrados.
- B) Em ordem crescente de grau de exigibilidade dos elementos nelas registrados.
- C) Em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados.
- D) Em ordem crescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados.

14) Em seu artigo 34, a lei nº 4320/1964, estabelece que o exercício financeiro coincidirá com o ano civil. Esta mesma lei, em seu artigo 35 estabelece que pertencem ao exercício financeiro:

- A) Todas as receitas nele previstas e as despesas nele legalmente empenhadas.
- B) As receitas nele arrecadadas e as despesas nele efetivamente pagas.
- C) Todas as receitas nele previstas e as despesas nele efetivamente pagas.
- D) As receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

15) Em seu artigo 36, a lei nº 4320/1964 considera como Restos a Pagar as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro, ou seja, até o final de cada ano. Considerando-se tal definição e, supondo que uma entidade pública, realizou no exercício de 2018, despesas correntes no valor de R\$ 200.000,00, sendo pago 70% deste valor até o final do mesmo exercício, os saldos contábeis que serão apresentados no Sistema Orçamentário relativo a este fato contábil em 31 de dezembro de 2018 será:

A)

CONTA	DÉBITO	CRÉDITO
Despesas Correntes Realizadas	R\$ 80.000,00	
Bancos		R\$ 140.000,00
Restos a Pagar	R\$ 60.000,00	

B)

CONTA	DÉBITO	CRÉDITO
Despesas Correntes Realizadas	R\$ 140.000,00	
Bancos		R\$ 80.000,00
Restos a Pagar		R\$ 60.000,00

C)

CONTA	DÉBITO	CRÉDITO
Despesas Correntes Realizadas	R\$ 200.000,00	
Bancos		R\$ 140.000,00
Restos a Pagar		R\$ 60.000,00

D)

CONTA	DÉBITO	CRÉDITO
Despesas Correntes Realizadas	R\$ 140.000,00	
Bancos		R\$ 200.000,00
Restos a Pagar	R\$ 60.000,00	



## LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

**16)** Segundo rege o art. 334 do Decreto nº 10.645 de 10 de abril de 2008, o valor venal dos imóveis para efeito de tributação pelo Imposto Predial será obtido pela soma do valor venal dos terrenos e edificações a ele incorporadas, observado o fator de obsolescência em função da idade da construção. Neste sentido, nos termos do §3º do mesmo artigo, é **CORRETO** afirmar que o fator de obsolescência aplicável para cálculo do valor venal predial para imóveis com tempo de construção de onze a quinze anos é de:

- A) 0,50
- B) 0,75
- C) 0,85
- D) 0,90

**17)** Dispõe o artigo 335 do Decreto nº 10.645 de 10 de abril de 2008, que o Imposto Territorial Urbano tem como fato gerador:

- A) a propriedade, o domínio útil ou a posse, de imóvel edificado, situado na zona urbana do Município.
- B) a propriedade, o domínio útil ou a posse de qualquer bem imóvel não edificado, por natureza ou acessão física tal como definido na Lei Civil, localizado nas zonas urbanas do Município.
- C) a transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.
- D) a construção, reconstrução, reforma ou demolição de prédios ou qualquer outra obra, dentro das áreas urbanas do Município.

**18)** Nos termos do artigo 337 do Decreto nº 10.645 de 10 de abril de 2008, fica isento do pagamento de tributos imobiliários o proprietário, titular do domínio útil ou possuidor do imóvel objeto de desapropriação, a partir:

- A) do recebimento do mandado citação para os termos da ação.
- B) da distribuição da ação em juízo.
- C) da prolação de sentença judicial.
- D) da imissão na posse.

**19)** Conforme se depreende da Instrução Normativa nº 26, a pessoa jurídica contratante, tomadora ou intermediária de serviços, com estabelecimento no Município de Bauru, é responsável pelo recolhimento integral do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, devendo reter e recolher o seu montante à Fazenda Municipal. No entanto, a retenção deverá ser efetuada no momento do pagamento do serviço e o ISSQN recolhido até:

- A) o 5º (quinto) dia útil após a prestação do serviço.
- B) o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao da prestação do serviço.





- C) o último dia útil do mês da prestação do serviço.
- D) o dia 10 (dez) do mês subsequente ao da prestação do serviço.

**20)** O lançamento do Imposto Predial e do Imposto Territorial Urbano será efetuado em moeda nacional, sendo correto afirmar que seu recolhimento, nos termos do parágrafo primeiro do art. 373 do Decreto nº 10.645 de 10 de abril de 2008 e será feito:

- A) em cota única, sem desconto, se recolhido, de uma só vez, até a data de vencimento da primeira parcela.
- B) em cota única, sem desconto, se recolhido, de uma só vez, até a data de vencimento da segunda parcela;
- C) em cota única, com desconto, se recolhido, de uma só vez, até a data de vencimento da segunda parcela;
- D) em cota única, com desconto, se recolhido, de uma só vez, até 30 (trinta) dias após a data de vencimento da primeira parcela.

**21)** Nos termos do artigo 384 do Decreto nº 10.645 de 10 de abril de 2008, **NÃO** é correto afirmar que está isento dos Impostos sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, o imóvel de propriedade:

- A) do maior de 65 anos.
- B) do deficiente físico.
- C) do que detenha a guarda de menor de idade judicialmente deferida, até que ele complete a maioridade.
- D) do ex-combatente da Revolução Constitucionalista de 1.932, desde que nele resida.

**22)** O artigo 423 do Decreto nº 10.645 de 10 de abril de 2008, elenca os serviços de construção civil para fins de incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN. Na sequência, o parágrafo único do referido artigo, elenca como não sendo serviço de construção civil:

- A) a edificação ou estruturação de prédios destinados à habitação e instalação industrial ou comercial, bem como a construção ou montagem nos referidos prédios, respectivamente, de estruturas de concreto armado ou metálicas.
- B) a raspagem e calafetagem de assoalhos, inclusive enceramento ou colocação de sinteko ou material semelhante.
- C) a terraplanagem, a pavimentação, a construção de estradas, portos, logradouros e respectivas obras de arte, excetuadas as de sinalização, decoração e paisagismo.
- D) a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos que não tenham funcionamento isolado ao do imóvel.

**23)** Nos termos do art. 424 do Decreto nº 10.645 de 10 de abril de 2008, proprietário de obra de construção civil deverá, como pré-condição para a obtenção de “habite-se”, apresentar:

- A) declaração atualizada do Imposto Territorial Rural – DITR, Documento de Informação e Atualização Cadastral do ITR – DIAC e Documento de Informação e Apuração do ITR – DIAT;



- B) os talonários de notas fiscais emitidas pelo exercício da atividade;
- C) as notas fiscais dos respectivos serviços de construção tomados tributados pelo Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza e comprovar a quitação do imposto pelo prestador, ficando, em caso negativo, responsável pelo pagamento.
- D) certidão fornecida pelo Município, caracterizando o imóvel como particular.

**24)** O Decreto nº 10.645 de 10 de abril de 2008, no art. 461 estabelece que as pessoas jurídicas, as firmas individuais, os condomínios edilícios e as pessoas físicas inscritas no Cadastro Fiscal Mobiliário Municipal, estas últimas desde que contribuintes do ISSQN com base no faturamento, substitutas tributárias ou não, ficam obrigadas a lançar no sistema de ISS DIGITAL, as notas fiscais de serviços tomado:

- A) no primeiro dia útil após sua emissão.
- B) até o 10º (décimo) dia útil ao de sua emissão.
- C) até o dia 15 do mês subsequente ao de sua emissão,
- D) até o último dia do mês de sua emissão.

**25)** Nos termos da Instrução Normativa nº 65, restou estabelecido, como regra, que para cada operação de serviços deve ser emitida uma NFS-e (Nota Fiscal de Serviços Eletrônica) e em caso da impossibilidade momentânea de emissão desta, o contribuinte poderá emitir Recibo Provisório de Serviços – RPS, que deverá ser convertido em NFS-e no máximo em até:

- A) 30 (trinta) dias da sua emissão.
- B) 15 (quinze) dias da sua emissão.
- C) 05 (cinco) dias da sua emissão.
- D) até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao de sua emissão.

**26)** A base de cálculo do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis, segundo rege o artigo 490 do Decreto nº 10.645 de 10 de abril de 2008, é considerado como sendo o:

- A) valor comercial dos bens imóveis e seus acessórios.
- B) valor venal dos bens ou direitos transmitidos.
- C) valor dos bens móveis mantidos no imóvel, em caráter permanente ou temporário, para efeito de sua utilização, exploração ou comodidade.
- D) valor de mercado imobiliário no Estado de São Paulo.

**27)** O descumprimento de obrigação tributária principal será punida, nos termos do artigo 509 do Decreto nº 10.645 de 10 de abril de 2008, com aplicação de multa no percentual de:

- A) 5% (cinco por cento) do valor do imposto devido, quando recolhido pelo contribuinte até a fase processual ou administrativa.
- B) 10% (dez por cento) do valor do imposto devido, quando recolhido pelo contribuinte até a fase processual da notificação preliminar a que se refere o art. 149 deste Regulamento.
- C) 50% (cinquenta por cento) do imposto devido, quando lavrado o respectivo Auto de Infração.



D) 50% (cinquenta por cento) do imposto devido, quando comprovada por meio de ação fiscal, a falsidade das declarações consignadas em escrituras ou instrumentos particulares de transmissão ou cessão, relativamente ao valor dos bens ou direitos transmitidos ou cedidos.

### **MATEMÁTICA FINANCEIRA**

28) Seja um título de valor nominal de R\$ 10.000,00 vencível em um ano, que está sendo liquidado dois meses após o seu vencimento. Sendo 24% a.a. a taxa nominal de juros corrente, o valor atualizado desta operação será de:

- A) R\$ 9.800,00.
- B) R\$ 9.600,00.
- C) R\$ 12.400,00.
- D) R\$ 10.400,00.

29) Sobre o desconto racional “por dentro”, é **CORRETO** afirmar que:

- A) Incide sobre o valor liberado do título e proporciona maior volume de encargos financeiros efetivos nas operações.
- B) Incide sobre o valor liberado do título e proporciona menor volume de encargos financeiros efetivos nas operações.
- C) Incide sobre o valor de resgate do título e proporciona menor volume de encargos financeiros efetivos nas operações.
- D) Incide sobre o valor de resgate do título e proporciona maior volume de encargos financeiros efetivos nas operações.

30) Um empréstimo de R\$ 10.000,00 deverá ser quitado em 24 parcelas mensais fixas de R\$ 528,71. Considerando o Sistema de Amortização Francês e que a taxa de juros é de 2% a.m., o valor dos juros, quando do pagamento da primeira parcela, será de:

- A) R\$ 200,00.
- B) R\$ 253,68.
- C) R\$ 328,71.
- D) R\$ 518,13.

31) Uma duplicata de R\$ 18.000,00 foi descontada em um banco dois meses antes do vencimento, a uma taxa de desconto comercial de 2,5% a.m. O valor do desconto obtido foi de:

- A) R\$ 250,00.
- B) R\$ 450,00.
- C) R\$ 900,00.
- D) R\$ 360,00.



32) Um empréstimo de R\$ 48.000,00 deverá ser quitado em 48 parcelas mensais. Considerando o Sistema de Amortização Constante - SAC e que a taxa de juros é de 1% a.m., o valor da amortização da primeira parcela será de:

- A) R\$ 1.000,00.
- B) R\$ 1.100,00.
- C) R\$ 1.480,00.
- D) R\$ 1.010,00.

33) Um cidadão aplicou R\$ 30.000,00 a juros simples, pelo prazo de seis meses, e recebeu R\$ 9.000,00 de juros. A taxa mensal de aplicação foi de:

- A) 6,0%.
- B) 5,0%.
- C) 9,0%.
- D) 3,0%.

34) Em juros simples, a taxa trimestral equivalente a 2% a.m. será de:

- A) 6,0%.
- B) 5,0%.
- C) 9,0%.
- D) 3,0%.

35) O Sistema de Amortização Francês é caracterizado por:

- A) Prestação decrescente e juros crescentes.
- B) Juros crescentes e prestação crescente.
- C) Amortização decrescente e juros crescente.
- D) Amortização crescente e prestação constante.

## **LINGUA PORTUGUESA**

Leia o texto a seguir para responder as questões 36 a 43:

### **A tranquilidade das ovelhas**

O vento assobiava sua música que esfriava a alma. A noite estava escura, o céu sem estrelas. De vez em quando, ouvia-se o uivo de um lobo bem longe, misturado com o barulho do vento. As crianças reunidas na tenda do Mestre Benjamin estavam com medo. Mestre Benjamin sentiu o medo nos seus olhos. Foi então que uma delas perguntou:

— Mestre Benjamin, há um jeito de não ter medo? Medo é tão ruim...

Mestre Benjamin respondeu:

— Há sim... E ficou quieto. Veio então a outra pergunta:

— E qual é esse jeito?

— É muito fácil. É só pensar como as ovelhas pensam...



— Mas como é que vou saber o que as ovelhas estão pensando?

Mestre Benjamin respondeu:

— Quando, durante a noite as ovelhas estão deitadas na pastagem, os lobos estão à espreita. E eles uivam. As ovelhas têm medo. Mas aí, misturado ao uivo dos lobos, elas ouvem a música mansa de uma flauta. É o pastor que cuida delas e não dorme nunca. Ouvindo a música da flauta elas pensam: “Há um pastor que me protege. Ele me leva aos lugares de grama verde e sabe onde estão as fontes de águas límpidas. Uma brisa fresca refresca a minha alma. Durante o dia ele me pega no colo e me conduz por trilhas amenas. Mesmo quando tenho de passar pelo vale escuro como a morte eu não tenho medo. A sua mão e o seu cajado me tranquilizam. Enquanto os lobos uivam, ele me dá o que comer. Passa óleo perfumado na minha cabeça para curar minhas feridas e me dá água fresca para sarar o meu cansaço. Com ele não terei medo, eternamente...” (Salmo 23, paráfrase).

Mestre Benjamin parou de falar. Os olhos de todas as crianças estavam nele. Foi então que uma delas levantou a mão e perguntou:

— E os lobos? Eles vão embora? Eles morrem?

— Os lobos continuam a uivar. E continuam a ser perigosos. O pastor não consegue espantar todos eles. E por vezes eles atacam e matam. Mas as ovelhas, ouvindo a música da flauta do pastor, dormem sem medo, não porque não haja mais perigo, mas a despeito do perigo. Não há jeito de acabar com o perigo. Mas há um jeito de acabar com o medo. Coragem é isso: dormir sem medo a despeito do perigo...

As crianças voltaram para suas tendas e dormiram sem medo pensando os pensamentos das ovelhas... De vez em quando, lá fora, ouvia-se o uivo de um lobo faminto. Desde então ficou costume contar ovelhinhas para dormir.

Fonte: Rubem Alves, Correio Popular, 20/10/2013. Disponível em: [http://correio.rac.com.br/\\_conteudo/2013/10/colunistas/rubem\\_alves/110042-a-tranquilidade-das-ovelhas.html](http://correio.rac.com.br/_conteudo/2013/10/colunistas/rubem_alves/110042-a-tranquilidade-das-ovelhas.html)

**36)** Assinale a alternativa que traduz a mensagem do texto:

- A) Assim como as crianças, o ser humano deve temer os problemas que encontra ao seu redor, mesmo que isso tire o seu sono.
- B) O texto traz uma mensagem positiva e metafórica, afirmando que apesar de reconhecermos as tribulações da vida, não devemos perder o sono, nem desacreditar em nossos objetivos, pois sempre há um propósito maior.
- C) O texto reitera a necessidade de dormir bem, mesmo com os problemas existentes na vida de todos, pois o sono reorganiza as faculdades mentais do ser humano para esse estabelecer sinapse.
- D) O texto explica o porquê é necessário contar ovelhas antes de dormir, sendo isso uma tradição transposta de pais para filhos.

**37)** No trecho do primeiro parágrafo “O vento assobiava sua música que esfriava a alma.”, a palavra em destaque que estabelece coesão entre os elementos do texto é classificada como:

- A) Pronome relativo, uma vez que recupera o termo “música”.
- B) Conjunção integrante, pois introduz oração subordinada adverbial.
- C) Preposição, porque liga orações contíguas na sentença.



D) Pronome subjetivo, porque liga orações de um enunciado.

38) No fragmento do texto “As crianças reunidas na tenda do Mestre Benjamin estavam com medo. Mestre Benjamin sentiu o medo nos seus olhos.”os verbos destacados possuem, **RESPECTIVAMENTE**, os tempos e modos verbais:

- A) pretérito perfeito do indicativo; pretérito imperfeito do subjuntivo.
- B) pretérito imperfeito do indicativo; pretérito perfeito do indicativo.
- C) pretérito imperfeito do subjuntivo; pretérito perfeito do indicativo.
- D) pretérito imperfeito do indicativo; pretérito perfeito do subjuntivo.

39) No período composto do texto “Enquanto os lobos uivam, ele me dá o que comer.”, a conjunção enquanto, introduz uma oração com sentido de:

- A) Contradição.
- B) Finalidade.
- C) Tempo.
- D) Consequência.

40) Como ficaria a concordância verbal, do trecho a seguir, se a palavra pastor estivesse no plural? “Há um pastor que me protege.”

- A) Hão pastores que me protegem.
- B) Há pastores que me protege.
- C) Haviam pastores que protegem.
- D) Há pastores que me protegem.

41) No fragmento do texto “Coragem é isso: dormir sem medo a despeito do perigo...”, o autor utilizou dois pontos porque:

- A) Apresentam um esclarecimento a respeito do que foi enunciado anteriormente.
- B) Há uma pausa de entonação para manter o estilo do texto, a qual não assume função gramatical.
- C) Isolam o vocativo dentro da narrativa.
- D) Introduzem uma sequência de termos de mesma classe gramatical.

42) No trecho do último parágrafo “De vez em quando, lá fora, ouvia-se o uivo de um lobo faminto.” foram empregadas as vírgulas porque:

- A) Isolam o objeto direto “lá fora”.
- B) Isolam o adjunto adverbial de modo “de vez em quando”.
- C) Isolam o adjunto adverbial de tempo “lá fora”.
- D) Isolam dois adjuntos adverbiais: de tempo “de vez em quando” e de lugar “lá fora”.

43) Assinale a alternativa cujos conectivos completam **CORRETAMENTE** e **RESPECTIVAMENTE** os espaços em branco:



O pastor, \_\_\_\_\_ ovelhas estavam com medo, tocava flauta. O som da flauta acalmava as ovelhas \_\_\_\_\_ passaram a dormir. Essa história era relatada por mestre Benjamin às crianças, \_\_\_\_\_ se espelharam na atitude das ovelhas e voltaram para suas tendas, \_\_\_\_\_ conseguiram dormir com mais facilidade.

- A) que; as quais; que; em que.
- B) que; que; as quais; em que.
- C) cujas; que; as quais; onde.
- D) cujas; que; em que; onde.

## **INFORMÁTICA**

**44)** No Microsoft Excel 2010, podemos imprimir apenas um conjunto de células selecionadas, para isso devemos adotar os seguintes passos:

- A) Selecionar a área das células desejadas, em seguida clicar no menu “Arquivo”, depois clicar na opção “Imprimir”, para em seguida escolher a opção “Imprimir Seleção” e por fim clicar no botão “Imprimir”.
- B) Clicar no menu “Ferramentas”, em seguida escolher a opção “Mesclar células” e por fim clicar em “Imprimir”.
- C) Selecionar as células a serem impressas e em seguida clicar no menu “Layout da Página” e por fim clicar no botão “Imprimir”.
- D) Selecionar a área das células desejadas, em seguida clicar no menu “Arquivo”, depois clicar em “Configurar Impressão”, e por fim clicar em “Imprimir área selecionada”.

**45)** No Windows 7 caso o usuário esteja com algumas telas de programas minimizadas e deseja acessar as telas abertas pelo teclado, pode-se utilizar as seguintes teclas de atalho:

- A) Ctrl + Alt.
- B) Ctrl + Shift.
- C) Alt + Enter.
- D) Alt + Tab.

**46)** No Microsoft Word 2010 se forem pressionadas simultaneamente as teclas de atalho “CTRL + B” essa funcionalidade irá:

- A) Abrir um novo documento no Microsoft Word 2010.
- B) Salvar o documento que está aberto.
- C) Fechar o documento que está aberto.
- D) Remover a formatação de um texto selecionado.

**47)** No Windows 7 caso o usuário esteja com várias telas abertas e deseja minimizar todas as telas de uma única vez, o usuário pode utilizar a tecla Windows chamada de “WinKey” juntamente com outra tecla, para que isso ocorra basta pressionar:



- A) WinKey + S.
- B) WinKey + Shift.
- C) WinKey + D.
- D) WinKey + Tab.

**48)** No Microsoft Word 2010, caso exista a necessidade de localizar por uma palavra ou trecho de um texto, pode-se utilizar a função “Localizar”. Para isso deve-se pressionar a seguinte sequência de teclas:

- A) Ctrl + S.
- B) Ctrl + L.
- C) Shift + L.
- D) Alt + L.

**49)** Códigos maliciosos (malware) são programas especificamente desenvolvidos para executar ações danosas e atividades maliciosas em um computador. Quais das opções abaixo não são considerados códigos maliciosos?

- A) Vírus e Worm.
- B) HTTPS e SSL.
- C) Bot e botnet.
- D) Spyware e Cavalo de Troia.

**50)** Em uma planilha do Excel temos na célula F2 o valor 7, na célula F1 o valor 9, na célula G2 o valor 8 e na célula G1 o valor 7. O resultado da fórmula =SOMA(F1:G2) será:

- A) 31.
- B) 16.
- C) 15.
- D) 30.